



ADVOGADOS

AOS CUIDADOS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES/PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO (MG)

Referente ao item 2

MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 15.838.111/0001-49, sediada na Rua Lázaro Zamenhof, 566 Apto 502, Califórnia, CEP 86040-350, Londrina (PR), por seu sócio administrador e advogados devidamente constituídos, vem perante Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

A Recorrente participou do **Pregão Eletrônico nº 30/2025**, cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de equipamentos de áudio e vídeo destinados à modernização das salas de audiência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e órgãos participantes, conforme especificações estritas do Edital e seus anexos.

Ocorre que, durante a fase de aceitação, a empresa MRM MUSIC LTDA, declarada provisoriamente vencedora do Item 2 (Microfone USB), apresentou proposta técnica em desacordo com as exigências editalícias. Especificamente, **a recorrida não apresentou a certificação ou comprovação de conformidade com a diretiva RoHS** (Restriction of Hazardous Substances), requisito técnico obrigatório para a aceitação do equipamento ofertado.

A ausência de comprovação técnica de um requisito de segurança e sustentabilidade ambiental constitui vício insanável, violando a vinculação ao instrumento convocatório e impondo a imediata desclassificação da proposta da recorrida.

2. DOS MOTIVOS PARA DESCLASSIFICAR A RECORRIDA

A decisão que classificou provisoriamente a empresa MRM MUSIC LTDA merece imediata reforma, data vênia, porquanto colide frontalmente com o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, insculpido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

A recorrida ofertou, para o Item 2, o equipamento da marca JBL, modelo QUANTUM STREAM TALK. Contudo, uma análise técnica detida da proposta comercial e dos documentos acostados aos autos revela uma falha insanável: **a ausência absoluta de comprovação de conformidade com a Diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances)**.

O Edital, lei interna da licitação, não deixa margem para discricionariedade quanto aos requisitos de segurança e sustentabilidade. O Termo de Referência (Anexo I), no tópico "3.1. Especificação técnica", impõe como condição *sine qua non* para a aceitação do Item 2 - Microfone USB: **"Conformidade à diretiva ROHS"**.



ADVOGADOS

Ademais, corroborando a imperatividade desta exigência, o tópico relativo à "RESPONSABILIDADE AMBIENTAL" do mesmo instrumento norma:

"2. RoHs (Restriction of Hazardous Substances). A exigência visa a restrição de uso de substâncias nocivas no processo de fabricação dos equipamentos"

Ocorre que a Recorrida limitou-se a indicar o modelo do produto, quedando-se inerte quanto à apresentação de qualquer certificação, laudo laboratorial, ou declaração do fabricante que ateste o cumprimento da referida norma internacional. A simples cotação do item, desacompanhada do lastro probatório técnico exigido no momento da apresentação da proposta, torna a oferta viciada.

É imperioso destacar que a exigência da certificação RoHS transcende a mera formalidade burocrática. Trata-se de requisito de engenharia vinculado à saúde ocupacional e à política de sustentabilidade deste Egrégio Tribunal.

A diretiva RoHS restringe a utilização de substâncias altamente nocivas, tais como chumbo, mercúrio, cádmio e cromo hexavalente. A aceitação de um produto sem a devida comprovação desta conformidade acarreta prejuízos incomensuráveis à Administração:

1. **Risco à Saúde:** Expõe magistrados e servidores ao contato diário com equipamentos que podem conter metais pesados e substâncias cancerígenas;
2. **Violação à Logística Sustentável:** Fere o Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão e o princípio do desenvolvimento nacional sustentável;
3. **Ruptura da Isonomia e Vantagem Indevida:** Equipamentos fabricados sem observância às normas RoHS possuem, invariavelmente, custos de produção inferiores. Ao permitir que a Recorrida ofereça produto sem tal certificação (ou sem comprová-la), a Administração privilegia a proposta tecnicamente inferior e economicamente desleal em detrimento das licitantes que, agindo com boa-fé e rigor técnico, cotaram produtos certificados e com estrutura de custos diferenciada.

Portanto, não se trata de excesso de formalismo, mas da garantia de que o objeto entregue atenda aos fins públicos de segurança e qualidade. A ausência de comprovação técnica no momento oportuno constitui vício substantivo, impondo a **imediata desclassificação da proposta da empresa MRM MUSIC LTDA**, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por desconformidade com as exigências do edital.

3. DO DIREITO GERAL

3.1. DO ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO

O princípio do julgamento objetivo busca afastar o discricionarismo no julgamento das licitações, assim, fazendo com que os julgadores atendam ao critério fixado pela Administração, desta forma seguindo os critérios estabelecidos conforme definidos no edital.



ADVOGADOS

Veja-se o magistério de Joel de Menezes Niebuhr em seu livro “Licitação Pública e Contrato Administrativo” de 2015:

Sem embargo, o julgamento objetivo agrega-se ao instrumento convocatório, pois os critérios do julgamento nele estão previstos. Nesse designio, o julgamento objetivo é aquele que se dá na estrita conformidade dos parâmetros prefixados no edital. Para tanto, o instrumento convocatório não pode prestigiar critério subjetivos. Destarte, são vedadas disposições que permitam ao órgão administrativo levar em conta distinções pessoais que provenham de seus agentes. O princípio do julgamento objetivo está adstrito também ao princípio da impessoalidade, uma vez que a licitação se conforma ao interesse público. Dessa forma, também o é à isonomia, que, em dilatado aspecto, proíbe distinções relativas à esfera pessoal de quem quer que seja. Nesse sentido, Carlos Ari Sundfeld preleciona que “o julgamento objetivo obrigando a que a decisão seja feita a partir de pautas firmes e concretas, é princípio voltado à interdição do subjetivismo e do personalismo, que põem a perder o caráter igualitário do certame”. Na realidade, tanto o princípio do julgamento objetivo, quanto o princípio da vinculação ao instrumento convocatório se completam e ambos se encontram no princípio da isonomia, visto que constituem garantias formais dos particulares em relação à Administração Pública, fazendo com que o certame do início ao fim se deite sob os critérios claros e impessoais”.

Em complemento:

“Julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa afastar o discricionaríssimo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, com o que se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (arts. 44 e 45).” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30ª edição. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 272).

E ainda, o entendimento consolidado da Corte de Contas:

Princípio do Julgamento Objetivo: Esse princípio significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para julgamento da documentação e das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no instrumento de convocação, ainda que em benefício da própria Administração. (Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e Contratos. Licitações e Contratos. 4ª edição. DF. 2010, p. 29).

Desta forma, a Administração e licitantes são obrigados a obedecerem às regras do edital, sendo que a aceitação da proposta da empresa MRM MUSIC LTDA para o Item 2 ocorreu em flagrante desatenção às especificações técnicas obrigatórias, uma vez que a licitante não apresentou qualquer documento que comprovasse a segurança ambiental do produto ofertado.

Neste caso, o Termo de Referência exigia taxativamente, no **Item 2, subitem 13**, a “**Conformidade à diretiva ROHS**”, mas esta previsão não foi efetivada pela Administração, que classificou um equipamento (JBL Quantum Stream Talk) desprovido da comprovação desta certificação essencial.



ADVOGADOS

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório. Para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame, bem como para assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, protegendo aqueles que cotaram produtos devidamente certificados, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital, impondo-se a desclassificação da Recorrida.


4. DOS PEDIDOS

Receber o recurso administrativo e, ao final, seja dado provimento para:

- a) Reformar a decisão que classificou a empresa **MRM MUSIC LTDA**, determinando sua imediata **desclassificação no Item 2**, em razão do descumprimento insanável das especificações técnicas (ausência de comprovação da Diretiva RoHS);
- b) Requer-se também que seja comunicado o julgamento obrigatoriamente pelos e-mails, bruna.oliveira@sandieoliveira.adv.br e contato@sandieoliveira.adv.br, sob pena de nulidade.

Nestes termos pede deferimento.

Londrina (PR), 29 de dezembro de 2025.



Bruna Oliveira
OAB/SC 42.633

“MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA”

1

C.N.P.J 15.838.111/0001-49

N.I.R.E. 41600545346

QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA, brasileira, viúva, natural de Ibiporã-PR, nascida em 25/03/1953, empresária, residente e domiciliada na Rua Lazaro Zamenhof, nº 566, Apto 502, California, CEP 86.040-350, Londrina-PR, portadora da Carteira de Identidade Civil R.G. nº 1.483.877-5 SESP/PR, e CPF/MF nº 143.119.419-00. Sócia componente da Sociedade Limitada Unipessoal, que gira sob o nome empresarial de **“MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA”**, com sede na **Rua Antônio de Barros Silva, 80 Bairro Gleba Simon Frazer Cep 86038-792 Londrina- PR**, cujo ato constituído se encontra registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob Nire nº 41600545346, em sessão de 21/03/2017, devidamente inscrita no CNPJ 15.838.111/0001-49. Resolve por este instrumento particular de alteração Contratual, modificar seu contrato primitivo e posterior alteração de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sede da sociedade na **Rua Antônio de Barros Silva, 80 Bairro Gleba Simon Frazer Cep 86038-792 Londrina- PR**, fica transferida para **Rua Lazaro Zamenhof, nº 566, Apto 502, California, CEP 86.040-350, Londrina-PR**.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: A vista da modificação ora ajustada, **consolida-se** o contrato social, com a seguinte redação:

“MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA”

C.N.P.J 15.838.111/0001-49

CONTRATO CONSOLIDADO

MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA, brasileira, viúva, natural de Ibiporã-PR, nascida em 25/03/1953, empresária, residente e domiciliada na Rua Lazaro Zamenhof, nº 566, Apto

“MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA”

2

C.N.P.J 15.838.111/0001-49

N.I.R.E. 41600545346

QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

502, California, CEP 86.040-350, Londrina-PR, portadora da Carteira de Identidade Civil R.G. nº 1.483.877-5 SESP/PR, e CPF/MF nº 143.119.419-00. Sócia componente da Sociedade Limitada Unipessoal, que gira sob o nome empresarial de **“MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA”**, com sede na **Rua Lazaro Zamenhof, nº 566, Apto 502, California, CEP 86.040-350, Londrina-PR**, cujo ato constituído se encontra registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob Nire nº 41600545346, em sessão de 21/03/2017, devidamente inscrita no CNPJ 15.838.111/0001-49. Regida pela legislação aplicável a espécie e pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de **“MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA”**, com sede na **Rua Lazaro Zamenhof, nº 566, Apto 502, California, CEP 86.040-350, Londrina-PR**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem como objeto social Comércio varejista de artigos e sistemas para segurança e de equipamentos eletrônicos, de telefonia e comunicação, prestação de serviços de instalação e manutenção elétrica e eletrônica e comércio atacadista de ferragens e ferramentas, de equipamentos e suprimentos de informática, de artigos de escritório e papelaria e de máquinas e equipamentos para uso comercial, partes e peças.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social no valor de R\$ 855.000,00 (oitocentos e cinquenta e cinco mil reais), dividido em 855.000 (oitocentos e cinquenta e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, registrado na segunda alteração contratual, protocolada em 03/04/2024, **será a integralizar até 31/12/2027** e o valor do capital de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), dividido em 95.000 (noventa e cinco mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, está totalmente integralizado. O capital social fica assim distribuído entre a sócia.

“MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA”

3

C.N.P.J 15.838.111/0001-49**N.I.R.E. 41600545346****QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO**

SÓCIO	QUOTAS	CAPITAL R\$	EM%
1. MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA	950.000	R\$ 950.000,00	100%
TOTAL	950.000	R\$ 950.000,00	100%

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em **26 de Junho de 2012** e seu prazo é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros se o consentimento da outra sócia, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SETIMA: A administração da sociedade caberá a socia **MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA**, podendo outorgar poderes expresso a mandatários, com os poderes e atribuição de administradoras, autorizada o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividade estranhas ao interesse social ou assumirem obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todas as sócias.

CLÁUSULA NONA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

“MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA”

4

C.N.P.J 15.838.111/0001-49

N.I.R.E. 41600545346

QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

Paragrafo Primeiro: A socia representante da totalidade do Capital Social, poderá deliberar pela distribuição de lucros desproporcionais a participação societária.

CLÁUSULA DECIMA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O sócio poderá de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró - labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros, sucessores e a incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A administradora declara sob as penas da lei, de que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

“MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA”

5

C.N.P.J 15.838.111/0001-49

N.I.R.E. 41600545346

QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sócia declara que a sociedade se enquadra como **Empresa de Pequeno Porte - EPP**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito o foro de Londrina para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim Justos e contratados assinam o presente contrato em uma via.

Londrina, 16 de Maio de 2.025.

MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
14311941900	MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/05/2025 09:23 SOB Nº 20252335287.
PROTOCOLO: 252335287 DE 19/05/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12508104905. CNPJ DA SEDE: 15838111000149.
NIRE: 41600545346. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/05/2025.
MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



ADVOGADOS

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA - M.F. ALMEIDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 15.838.111/0001-49, sediada na Rua Antônio de Barros Silva, 80 Bairro Gleba Simon Frazer, Cep 86038-792, Londrina- PR, neste ato representado pelo seu representante Maryleide Fonseca Almeida, inscrito no CPF n. 143.119.419-00, residente na Lazaro Zamenhof, 566, Bairro San Fernando, em Londrina/PR, 86040-350.

OUTORGADOS: SANDI & OLIVEIRA ADVOGADOS, sociedade de advogados inscrita no CNPJ 27.772.212/0001-43 registrada da Ordem dos Advogados do Brasil, Santa Catarina, pelo nº 3.532, estabelecida na Av. Dom Pedro II, 829, 1º andar, São Cristóvão, CEP 88509-216, em Lages/SC, neste ato representada pela sua sócia administradora Bruna Oliveira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Santa Catarina, pelo nº 42.633, Rio Grande do Sul, pelo nº 114.449A e do Paraná pelo nº 101184, endereço eletrônico bruna.oliveira@sandieoliveira.adv.br, com endereço profissional situado junto a Av. Dom Pedro II, 829, 1º andar, São Cristóvão, CEP 88509-216, em Lages/SC

PODERES: pelo presente instrumento a outorgante confere aos outorgados amplos poderes para o foro em geral, com cláusula “ad-judicia et extra”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até o final da decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Londrina (PR), 8 de outubro de 2025.

**MARYLEIDE FONSECA
ALMEIDA:143119419
00**

Assinado de forma digital por
MARYLEIDE FONSECA
ALMEIDA:14311941900
Dados: 2025.10.08 14:42:39
-03'00'

MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA - M.F. ALMEIDA